

Promulgada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a todos os indivíduos o acesso à cultura. Entretanto, no Brasil, a falta de incentivo ao turismo impede que esse direito seja plenamente cumprido. Nesse sentido, tanto a falta de investimento nessa área quanto a lenta mudança da mentalidade social devem ser analisadas.

Primeiramente, cabe avaliar a escassez de incentivo ao turismo nacional como um grave problema governamental. Esse fato ocorre, pois a falta de investimento na infraestrutura do país impede o pleno acesso ao turismo, violando, por conseguinte, não só o direito ao lazer, mas também à cultura. Isso evidencia uma quebra do Contrato Social, proposto por Thomas Hobbes, o qual afirma que é dever do Estado manter a ordem e assegurar o cumprimento das leis. Entretanto, verifica-se que o atual contexto se mostra distante da realidade proposta pelo pensador, tendo em vista que poucos são os recursos destinados à valorização do turismo no Brasil, fazendo com que a população não consiga usufruir plenamente desse direito.

Ademais, é possível observar que os cidadãos tendem a dar mais valor ao turismo exterior do que ao nacional. Tal fato acontece, porque, no processo de formação do Brasil, houve forte influência dos “bandeirantes”, homens que, segundo a sociologia, eram “soldados da fortuna” os quais desvalorizavam a cultura local e visavam implantar a cultura européia, que era considerada superior. Nesse contexto, cabe avaliar que, segundo Confúcio, para entender o presente basta estudar o passado. Assim, vê-se que o pensamento do filósofo se aplica ao Brasil, visto que, em virtude do seu legado histórico e social, a população costuma não exaltar a sua pátria e, em consequência disso, o turismo local é sempre inferiorizado com relação ao de outros países.

Infere-se, portanto, a necessidade de que medidas sejam tomadas para amenizar o quadro atual. Logo, compete ao Estado - como garantidor dos direitos dos cidadãos - incentivar o turismo no Brasil, por meio de propagandas na televisão que incentivem a valorização na cultura brasileira. Essa ação tem como objetivo não só informar os cidadãos, mas também fomentá-los sobre a riqueza nacional brasileira. Dessa forma, espera-se que os direitos dos cidadãos sejam devidamente assegurados, da mesma maneira como antes almejado por Hobbes.